

ALEATORIEDADE E INCERTEZA NA COMUNIDADE PISCATÓRIA DE SETÚBAL

Vanessa Iglésias Amorim¹ (vanessaiglesiasamorim@gmail.com)

¹ Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (CRIA/ISCTE-IUL).

RESUMO

A aleatoriedade e a imprevisibilidade têm sido enfatizadas como elementos estruturantes das comunidades piscatórias. A pesca depende da exploração de um recurso natural móvel e de propriedade comum, dificultando o valor do trabalho e da produção, porque o rendimento dos pescadores depende das capturas e da divisão dos lucros, produzindo conseqüentemente uma precariedade permanente a quem depende da atividade para subsistir. Através de dados etnográficos da comunidade piscatória de Setúbal pretende-se compreender como se estabelece um quadro de incerteza endêmica, integrando-o em processos mais amplos que se manifestam a nível local. Como a aleatoriedade e a instabilidade influenciam as práticas quotidianas? De que forma os pescadores e suas famílias lidam com essa incerteza e como a tentam minimizar? Mais do que fornecer respostas, pretende-se desenhar questões a partir dos discursos e práticas quotidianas para compreender como as pessoas constituem vida e projetam futuros em circunstâncias de incerteza.

Palavras-chave: Pesca; Aleatoriedade; Incerteza; Setúbal.

Randomness and uncertainty in the fishermen community of Setúbal

ABSTRACT

Randomness and unpredictability have been emphasized as structuring elements of fishing communities. Fishing activity depends on the exploitation of mobile and common property natural resource, making difficult to define the value of labour and production. Fishermen's income depends on catches and the division of profits, leading to permanent precariousness on whom it depends to survive. Based on an ethnography of fishing community of Setúbal, we intend to understand how a framework of endemic uncertainty is established, integrating it in larger processes that operates at local level. How do randomness and instability influence everyday practices? How do fishermen and their family's deal with this uncertainty and how they try to minimize it? More than providing answers, it is intended to raise questions to understand how people make living and project futures in uncertain circumstances.

Keywords: Fishing; randomness; uncertainty; Setúbal.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Em 1923, o escritor Raul Brandão, após uma viagem pelo litoral português, descreveu a pesca “como um jogo, uma questão de sorte” (BRANDÃO, 1923, p. 135). Esta é uma das características mais enfatizadas nos estudos sobre a pesca em diferentes latitudes geográficas e culturais, sendo sublinhada como um elemento estruturante das comunidades que subsistem desta atividade¹. Não é, pois, novidade evidenciar a aleatoriedade a que as comunidades piscatórias estão sujeitas.

¹ BRETON, 1981; ACHESON, 1981; NADEL-KLEIN, 2003; MOREIRA, 1987; NUNES, 2001.

Além desta característica, em muitos contextos piscatórios os rendimentos de trabalho estão diretamente dependentes do volume de capturas, que são distribuídos pelos trabalhadores de determinada companhia: sistema de partes. Este sistema tem merecido reflexões nas ciências sociais, sendo enfatizada a condição de vulnerabilidade dos pescadores face ao mercado. Acresce que em muitos mercados o valor do peixe não está regulado o que, por sua vez, faz com que as flutuações sejam constantes conforme a oferta e a procura.

Nesse sentido, neste artigo pretende-se, mais do que reforçar estas duas dimensões, deslindar a



partir de uma pesquisa etnográfica da comunidade piscatória setubalense², como estas questões emergem no quotidiano, integrando-as numa reflexão diacrónica da pesca, que coloque em perspetiva as questões ambientais, económicas, políticas e sociais.

Se por um lado a incerteza é um fator indispensável dos quotidianos, como tem vindo a ser demonstrado em estudos mais recentes da antropologia (BOHOLM, 2007; DEIN, 2016), viver numa permanente incerteza constitui-se, para algumas comunidades, como a continuidade que enquadra as expectativas dos grupos (L'ESTOILE, 2014).

Também os estudos sobre a neoliberalização das sociedades têm destacado a incerteza como um aspeto estruturante do sistema económico, deixando de ser uma categoria de exceção, passando a constituir quotidianos de uma forma mais permanente (BAUMAN, 2007). A pesca tem a particularidade de ter uma incerteza endémica, que não é estanque, criando condições para a análise de como vidas endemicamente incertas são afetadas por fatores externos e sistémicos.

Partimos de uma abordagem da pesca enquanto fenómeno humano pois, mais do que uma atividade económica, é um fenómeno composto por relações e interações entre seres humanos e o meio. Como tal, defende-se uma abordagem a partir dos seus agentes, porém, integrando-os numa conjuntura ampla de relações em diferentes escalas, uma abordagem multi-escalar. Sendo um meio em constante mudança e transformação, as suas causas são múltiplas, e afetam várias dimensões da vida. Nesse sentido, um olhar exclusivo para a pesca enquanto atividade económica seria insuficiente.

Pretende-se também enfatizar que, como qualquer outro fenómeno na contemporaneidade, a pesca não está isolada no tempo e no espaço (COIMBRA DE OLIVEIRA, 2010, p. 23), sendo uma realidade dinâmica, com interdependência de

fenómenos que afetam o quotidiano local. O contributo de Anna Tsing, surge de forma premente para compreender o quadro de incerteza, pois é fruto de conjunto de conexões globais em contextos locais, marcadas por fricções (TSING, 2004), que operam entre questões ambientais e locais, que têm lugar em determinado sistema político-económico (TSING, 2015). Uma abordagem antropológica deste fenómeno permite reconhecer a importância do acaso na experiência humana, compreender a sua complexidade, de um ponto de vista contextual e relacional (BAUMAN, 2007) e analisar como as pessoas respondem à incerteza, quais as estratégias utilizadas para a minimizar (CASHDAN, 1990).

Enfatizando a questão da incerteza, reflexão principal deste artigo, estruturámo-lo a partir de duas questões fundamentais: a aleatoriedade e a instabilidade económica. Num primeiro momento, apresenta-se um enquadramento histórico e social da cidade de Setúbal e do seu pendur piscatório. Posteriormente, através de dados etnográficos reflete-se como a constante aleatoriedade ecológica é vista pelos pescadores e como afeta a sua forma de dar sentido à sua realidade. Segue-se a reflexão sobre a instabilidade económica intrínseca à atividade, questionando, de um ponto de vista crítico, as suas causas. O artigo termina com uma reflexão sobre como a aleatoriedade ecológica e a instabilidade económica potenciam um quadro de incerteza endémica, que faz emergir discursos de crise e decadência das pescarias, analisando-se que estratégias são utilizadas para estabilizar a vida.

A questão da incerteza analisada neste estudo não foi concebida como um elemento exclusivo da atividade piscatória ou apenas provocada pela aleatoriedade e instabilidade económica. Pretende-se, antes, questionar como esta incerteza toma forma, e como os indivíduos se articulam no seu quotidiano.

PESQUISA E MÉTODOS

O artigo resulta de uma pesquisa etnográfica da comunidade piscatória de Setúbal, realizada desde 2015. O trabalho de campo acompanha pescadores e demais agentes da pesca nos dois

² Parte dos dados e reflexões aqui apresentadas surgiram no âmbito da dissertação de mestrado defendida em 2015 (AMORIM, 2015) e do projeto de doutoramento em curso: Safar a vida: incerteza, precariedade e crise nas comunidades piscatórias de Setúbal e Olhão financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência SFRH/BD/119788/2016).

espaços centrais para a atividade: a lota³ (local onde o peixe é descarregado, acondicionado e vendido) e a doca de embarcações, não se descurando as demais zonas adjacentes como os locais de convívio (cafés) ou de trabalho (armazéns e cacifos). A observação participante permite o acompanhamento diário dos quotidianos da atividade, possibilitando entrevistas e conversas etnográficas mais aprofundadas, que serviram de base para a recolha de dados, facilitadas com a presença contínua no terreno. As conversas têm permitido também explorar a opinião dos interlocutores e a forma como estes tentam narrar e dar significado à sua realidade e a observação participante permite ter acesso ao ambiente físico e social da atividade, aos comportamentos, às práticas e às interações e vivências entre pessoas, objetos e o meio.

De caráter complementar, com o objetivo de contextualizar e caracterizar o sector em Setúbal, consultou-se dados estatísticos (Instituto Nacional de Estatística), nomeadamente, a evolução do número de marítimos matriculados em embarcações de pesca profissional, do número de embarcações com licença de pesca profissional, e o volume de pescado transacionado.

Defende-se aqui que as condições de produção das pesquisas devem ser enunciadas e explicitadas, para uma maior clareza e honestidade científica. A pesquisa etnográfica pode ser enquadrada na denominada “*anthropology at home*”, uma vez que pertencem à comunidade que tenho vindo a estudar, tendo morado num bairro de pescadores durante grande parte da minha vida. Tal fator, é certo, condiciona a visão e forma de dirigir a investigação. Qualquer terreno de pesquisa deve ser problematizado e criticamente construído mas, neste caso específico, um antropólogo nativo parte para o terreno “mais vigilante ainda para não cair na armadilha da ilusão de transparência e familiaridade” (TRINDADE, 2009, p. 25). Como CUTILEIRO afirma (1973, p. 5), se aceitarmos o trabalho de campo como uma técnica de pesquisa então não há nenhuma objeção epistemológica a ser levantada. A vantagem do trabalho de campo, na própria sociedade ou não, engajado ou não consiste em ouvir e ver o que as pessoas têm para nos dizer e por isso não é a origem do antropólogo que é

determinante mas, antes, se há consciência dos próprios meios e condições de produção de conhecimento e explicitação das dificuldades (NARAYAN, 1997, p.679).

BREVE ENQUADRAMENTO DE SETÚBAL

“Num dos extremos da cordilheira (Arrábida), aconchegada aos relevos mas com um amplo espaço aberto na planície, no abrigo do estuário mas a breve distância do Oceano rico de peixe, Setúbal, ao contacto com naturezas diferentes – serra, ribeira, rio e mar.”

(RIBEIRO, 2004, p. 91)

Setúbal é uma cidade de Portugal, que se situa a cerca de 44km de Lisboa. Constituída na margem setentrional do Estuário do Sado, ao largo de uma baía, num dos extremos da cordilheira montanhosa da Arrábida, beneficia desta dupla proteção face ao mar. Considerado por Orlando Ribeiro um dos melhores “abrigos da costa ocidental portuguesa a sul do Tejo” (RIBEIRO, 2004, p. 98), o povoamento desenvolveu-se aproveitando as potencialidades que esta localização lhe traz.

Historicamente a cidade Setúbal constituiu-se como um importante porto de pesca, porto comercial e um importante núcleo industrial, mas estas atividades sempre estiveram ligadas à sua geografia e meio ambiente: ao mar e ao estuário, fontes de recursos que a terra não podia dar. Passando em revista alguns momentos da história de Setúbal e analisando a sua geografia pode-se corroborar a ideia de que o desenvolvimento do povoamento esteve estreitamente ligado ao estuário e ao mar (QUINTAS, 1998, p. 67), sendo preponderante o fator marítimo na constituição do “burgo” (MACHADO, 1951, p. 181). Remontando à pré-história, a pesca foi elemento constante na história do povoamento, fazendo emergir ao longo dos séculos uma classe piscatória constitutiva da maior parte da população setubalense (*ibidem*). Tal situação modelou a própria organização espacial, social e económica da cidade.

Segundo Maria Quintas, a pesca praticada em Setúbal pouco mudou entre o século XVIII e o início do século XX (QUINTAS, 1998, p.66),

³ Gerida pela Docapesca – Portos e Lotas, SA, uma empresa do Setor Empresarial do Estado, tutelada pelo Ministério do Mar.



sendo muito diversificada, com diferentes de tipos de redes e de embarcações, devido à multiplicidade de espécies-alvo existentes no estuário e na costa. A grande mudança dá-se entre os séculos XIX e o XX, momento em que a atividade alcança grande prosperidade sendo das atividades económicas, a par da indústria conserveira, com maior relevância. A introdução do cerco americano, que permitiu o aumento do volume de pescado, e uma conjuntura política e económica favorável, tornou a cidade atrativa ao desenvolvimento da indústria conserveira, que alcançou grande prosperidade no início do século XX (QUINTAS, 1998).

Atualmente o cenário é diferente. A pesca perdeu importância e a indústria conserveira desapareceu ao longo do século passado, duas causas relevantes na reconfiguração da cidade. A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia nos anos 80, os dilemas relativamente à conservação da biodiversidade e à conservação dos recursos, e as orientações posteriores dos sucessivos programas da Política Comum das Pescas seguiram a lógica de conter as capturas em limites considerados sustentáveis, promovendo a redução do esforço de pesca. Tais fatores, estão na origem do abate legal de muitas embarcações e, eventualmente, terão de algum modo conduzido à diminuição significativa do número de pescadores e contribuído para o envelhecimento das companhias⁴.

A pesca praticada no porto de Setúbal é hoje predominantemente artesanal, local ou costeira. Existem atualmente cerca de 385 pescadores matriculados na capitania do Porto de Setúbal e 217 embarcações⁵, que exercem a atividade no estuário do Sado e/ou no Oceano Atlântico, sobretudo na costa entre Setúbal e Sines. A maioria das embarcações está equipada com sistemas de navegação (GPS) e de deteção de peixe (sondas e *sonars*). Grande parte dos pescadores tem mais de 45 anos, havendo poucos jovens a ingressar no sector.

Este breve enquadramento teve como objetivo, mais do que descrever exhaustivamente a pesca em Setúbal, situar os dados que adiante irei evocar⁶.

“NADA É QUE NÃO É NADA”: ALEATORIEDADE E INSTABILIDADE NA PESCA

Carlos Diogo Moreira define população marítima como “aquela cujo modo essencial de vida assenta na exploração dos recursos pesqueiros do mar, através do exercício duma atividade extrativa, aleatória, de natureza marcadamente predatória e que possuem formas específicas de relação e organização ambiental e social.” (MOREIRA, 1987, p. 13). Na pesca a vulnerabilidade face ao meio gera uma necessidade constante de adaptação. O ambiente impõe ritmos, impulsiona práticas de adaptação, influencia a organização social e do trabalho, enfim o mar influencia estruturalmente “as formas como se ocupa o tempo e o espaço” (MENDES, 2013, p. 33).

Apesar dos grupos humanos desenvolverem técnicas de extração e predação de recursos para conseguirem sobreviver no meio haliêutico, ainda assim, porque o ambiente é muito heterogéneo (ACHESON, 1981), aleatoriedade é uma característica intrínseca, à qual as populações não conseguem escapar.

Em Setúbal e, nomeadamente entre os pescadores, a expressão “Nada é que não é nada” é muito frequente. As companhias⁷, e nomeadamente os mestres, enfrentam quotidianamente um conjunto de questões sobre “quando, como, onde e com quem pescar” (AMORIM & MADUREIRA, 2001. MOREIRA, 1987). Quando os barcos partem para o mar há sempre uma incógnita quanto à captura dos peixes. Quando voltam, a grande questão incide sobre o que se conseguiu capturar. Quando dizem o que pescaram é frequente os interlocutores utilizarem a expressão “nada é que não é nada”, evidenciando o lado positivo de ter

⁴ Vários autores abordaram os impactos da entrada para a CEE, afirmando que se deu uma reconfiguração do setor piscatório português que produziu mudanças estruturais (AMORIM, 2001; COIMBRA DE OLIVEIRA, 2007; MARTINS, 1997).

⁵ PORDATA (<https://www.pordata.pt>).

⁶ Uma melhor caracterização da pesca praticada em Setúbal encontra-se na dissertação de mestrado AMORIM, 2015.

⁷ Tripulação de uma embarcação de pesca.

conseguido pescar, porque a performance do pescador assenta, antes de tudo, na capacidade de pesca e na compreensão do meio. Uma companha ou pescador que venha para terra sem peixe vê questionada a sua capacidade.

J. após ter vindo do mar sem capturar nada diz “o mar sempre foi assim, é assim, e há-de ser sempre assim, é incerto”. Palavras como as de J. surgem frequentemente para justificar a chegada a terra sem peixe, momento difícil, que gera embaraço e vergonha. Por isso, por pouco peixe que seja, ainda assim é sempre preferível capturar porque “nada é que não é nada”.

“O mar é que manda”, esta descrição de Paulo Mendes resultante da investigação na Azenha do Mar (MENDES, 2013, p. 33), coloca em evidência como as comunidades marítimas vivem sob o signo da aleatoriedade do meio. As questões de imprevisibilidade dos recursos, com períodos de escassez ou abundância, a sazonalidade devido às condições atmosféricas, que influenciam as migrações e movimentações da fauna marítima e que condicionam a própria prática piscatória, são fatores que expõem a vulnerabilidade da capacidade produtiva dos pescadores.

Há na pesca uma “ausência de domesticação do recurso” (GALVÁN TUDELA & FERNANDEZ, 1996, p. 129) que, concomitantemente, é “objeto e meio de trabalho” (BRETON, 1981), porque é móvel, de propriedade comum (MCCAY, 1978) e sujeito a mudanças no tempo e no espaço (SOUTO, 1998, p. 167), o que torna a aleatoriedade uma característica “intrínseca às técnicas de captação de recursos” (NUNES, 2001, p. 40).

Os conceitos de sorte/azar são importantes na forma como pescadores reagem à aleatoriedade dos recursos. A experiência de quotidianos incertos levou a que muitas comunidades piscatórias colocassem no plano sobrenatural a justificação para a escassez ou ausência de peixe ou para os fenómenos meteorológicos (cf. NUNES, 1999). Nos momentos em que as condições meteorológicas e ecológicas condicionam mais a atividade é frequente ouvirem-se “ajudas” ou pescadores insurgirem-se contra o estado do tempo, ora porque de “dia esteve calmo e de noite piorou”, ora porque no fim-de-semana não podem pescar e está melhor tempo.

Além disso, mesmo quando as situações meteorológicas não impossibilitam diretamente o exercício da atividade, podem condicionar o seu sucesso e os pescadores utilizam a justificação com base na sorte/azar. Muitos diziam que “não temos sorte, nem o tempo nos ajuda, nem uma vaga para ver se vinha o peixe”. Nas palavras de T., que são repetidas por outros, “parece que a sorte foi embora e nunca mais veio aqui”, considerando que o estado do tempo seria fruto de um azar profundo que pairaria sobre a pesca e a cidade. Ou seja, quando parece que estão reunidas as condições para boas capturas, mas determinados barcos não as conseguem, a justificação ou se situa no domínio da sorte/azar⁸, ou se menciona a existência de “mau-olhado” ou “bruxas”. Estas justificações são comuns ao meio piscatório. Já Oneto Nunes notara o mesmo fenómeno nas companhas da xávega do litoral central português referindo: “Pois se uns trazem sempre peixe e os outros não trazem, pescando lado a lado, é porque há «invejas, invejice, raivas», alguém lhes quer «mal», foi «praga», ou é «bruxedo».” (NUNES, 1999, p. 277).

No entanto, estas justificações não significam ausência de conhecimento do meio. As características ecológicas específicas onde a prática se desenvolve (NUNES, 2001, p. 31), são compreendidas pelos pescadores. As artes são adaptadas e alteradas conforme os seus objetivos e o entendimento que os pescadores têm sobre o meio, não sendo um processo estanque. Tal justifica, em grande medida, a heterogeneidade de técnicas de pesca pelo mundo. Por exemplo, as diferenças que existem entre as pescarias do sul e do norte da Europa resultam dos diferentes meios ecológicos onde são praticadas, uma vez que a sul predomina uma grande diversidade de pequenas espécies e no norte predominam espécies de maior porte e em maior quantidade (AMORIM & MADUREIRA, 2001).

A produtividade da pesca não depende apenas de fatores económicos mas, também, de fatores biológicos e meteorológicos (BRETON, 1981, p.

⁸ “não temos a sorte a nosso lado, é assim”, disse J. após uma vinda do mar na qual apanhou somente 4 kg de chocós enquanto que a maioria dos barcos fê-lo em quantidades consideravelmente maiores.



17). A incapacidade de realizar a atividade, prever e controlar os *stocks* piscícolas tem implicações diretas no rendimento (DIEGUES, 2005), tornando difícil o cálculo do valor do trabalho e da produção. Por isso, a vida económica das famílias piscatórias é condicionada diretamente pela vulnerabilidade face ao meio, havendo também uma incerteza económica e uma condição quase permanente de instabilidade e precariedade do trabalho.

Em muitos portos, como é o caso de Setúbal, pratica-se o sistema de partes (*share system*⁹), que determina o rendimento dos pescadores a partir das capturas e da divisão dos lucros (ACHESON, 1981, p. 278), que, por sua vez, depende da divisão do trabalho (MENDES, 2013, p. 119). Por isso o rendimento destes trabalhadores do mar é flutuante e sujeito às vendas do barco (VAN GINNCEL, 2013, p. 17). A divisão do trabalho depende em grande medida do tipo de arte praticada na embarcação, da dimensão da companhia e do armador (se é simultaneamente armador e pescador).

Em Setúbal, pese embora falarem abertamente sobre a sua função no barco, os pescadores detalham como funciona o sistema de partes nas suas companhias. Na maioria dos casos as contas são feitas ao sábado, somando-se as marés (vendas em lota), retirando-se a parte do monte maior correspondente ao barco (que pode ser mais que uma). O restante é, então, dividido pela companhia. O mais frequente é o mestre ganhar duas partes ou mais, caso seja armador, e os restantes camaradas uma parte ou parte e meia, conforme a sua função e antiguidade.

O peixe descarregado pelos barcos tem de ser vendido em lota, na maioria das vezes por leilão. O leilão é feito de cima para baixo dando oportunidade aos agentes intermediários de deixar cair o preço, principalmente se for uma espécie pouco valorizada ou se for abundante. A venda em lota dificulta o aumento dos seus rendimentos porque, de acordo

com a oferta e procura, o preço do peixe pode variar bastante o que, em alguns casos, é agravado pelas combinações de preços entre os intermediários. Este sistema de organização de mercado parece promover, utilizando as palavras de Francisco Oneto Nunes, uma “regularidade dos rendimentos” (NUNES, 2008, p. 142) e não o seu aumento, mesmo quando há abundância de recursos.

Este sistema de partes é visto por muitos teóricos como uma “máscara ideológica que melhor facilita a exploração da força de trabalho” (DIEGUES, 2005, p. 39) e que coloca pescadores numa impermanência constante, uma vez que o rendimento dos pescadores é proporcional às vendas do barco, vendas essas que estão sujeitas às inerentes flutuações de mercado. Porém, é também uma forma de partilha dos riscos da atividade (ACHESON, 1981, p. 278).

Não querendo aqui tecer considerações mais aprofundadas por esta forma de organização dos rendimentos e distribuição de riqueza, viu-se, todavia, que o sistema de mercado a que os pescadores estão sujeitos potencia, então, uma instabilidade de rendimentos. Tal desencadeia um contínuo questionamento por parte dos pescadores, que consideram o “mercado livre” algo injusto, ao passo que o sistema de partes é pouco questionado. A flutuação de preços é comum em outros portos do mundo. A interconexão global-local faz com que os preços possam ser influenciados por mudanças bruscas no mercado a nível mundial e nacional, como notou Bestor em relação a pescadores de Massachussetts¹⁰.

As transformações nos modos e relações de produção, nomeadamente com o advento da industrialização e do modelo capitalista no sector, devido à modernização da atividade, à incorporação no sistema de mercado a nível nacional e internacional e à sua apropriação pelos aparelhos de Estado, promove um quadro de vulnerabilidade da

⁹ “The catch is sold to the market, for example in an auction. It fetches a certain amount of money (the gross revenues). Variable operational costs, for instance for fuel, lubricants, insurances and commissariat are subtracted from this sum of money. This results in a net revenue, which is divided between the boat (meaning the owner or the owners) and the crew, according to some predetermined ration, the “shares”.” (VAN GINNCEL, 2013, p. 17).

¹⁰ “Now, a Massachusetts fisher's livelihood can be transformed in a matter of hours by a spike in market prices halfway around the globe or by a disaster at a fish farm across the Atlantic. Giant fishing conglomerates in one part of the world sell their catch alongside family outfits from another.” (BESTOR 2000, p. 7).

pesca artesanal e costeira. Há uma “fragilidade do investimento” (NUNES, 2008, p.143) devido a essa dificuldade de previsão do lucro. Por isso, o sector não pode crescer “com uma taxa proporcional à elevação do capital” (BRETON, 1981, p. 17) dadas as dificuldades de acumulação do mesmo.

Deste modo, se por um lado foi observado que vir sem peixe é visto com sentido negativo porque põe em causa as capacidades dos pescadores uma vez que “nada é que não é nada”, por outro, apanhar peixe não é hoje o garante de qualquer rendimento, uma vez que o pescado pode não ser adquirido em lota ou, então, pode ter tão baixo valor comercial que não cobre os custos de produção. Esta incógnita em relação ao rendimento é frequentemente apontada como sendo um problema da pesca. A ausência de estabilidade de rendimentos, que são auferidos semanalmente, é posta em paralelo com as despesas certas e mensais que as famílias hoje têm. Sobre este assunto, refere um pescador: “O que nos chateia mais é não termos um ordenado certo, como os outros, na pesca nunca sabemos o que vamos ganhar, em mais nenhum trabalho é assim. Nós só queríamos um ordenado ao fim do mês, 500 ou 1000 euros, não importava, desde que fosse certo mesmo quando não apanhamos nada.”

Se, como Carlos Moreira defende, “a incerteza nos recursos prolonga-se na vida quotidiana das populações marítimas” (MOREIRA, 1987, p. 31), a instabilidade económica agrava-a, estabelecendo um quadro de incerteza endémica que é influenciado por diferentes fatores: escassez de determinadas espécies, implementação de sistemas de quotas, regulamentação e fiscalização apertadas, organização do mercado, incluindo custos de produção. Estes problemas são enunciados como causas que estrangulam a pesca, promovendo um trabalho instável e que não atrai os jovens para o sector.

QUOTIDIANOS DE INCERTEZA E RESISTÊNCIA

Como vimos, a pesca é atravessada por diferentes dimensões de incerteza: se por um lado é uma atividade cuja aleatoriedade é uma realidade incontornável dada a incapacidade de previsão na

captação de recursos, por outro, fruto da divisão social do trabalho e, também, da organização do mercado, há uma permanente instabilidade económica, a qual afeta os quotidianos das comunidades envolvidas nesta atividade.

A incerteza ou o risco, utilizando os termos de Nadel-Klein, têm representado a continuidade nas experiências das pessoas que dependem da pesca para sobreviver (NADEL-KLEIN, 2003, p. 168), carregando em si mesmo um grau de certeza, como se pode constatar em expressões recorrentemente utilizadas pelos pescadores para descrever os seus quotidianos: “é assim, o mar é incerto”, “isso já se sabe, uns dias apanhamos e outros não, uns dias vendemos bem e outros não”.

A lógica do “*no long term*”, descrita por FOUCAULT (1991), é ilustrativa para compreender a pesca. O indivíduo que trabalha no sector tem de ser plástico, adaptável e estar preparado para mudanças repentinas no tempo e no espaço. Não há bases de estabilidade. No entanto, como nos mostra L’Estoile a incerteza está intimamente relacionada com uma forma de orientação para o futuro (L’ESTOILE, 2014), que revela como o presente é entendido e concebido.

A condição aleatória é algo a que pescadores se adaptam, no entanto, este quadro mais geral de incerteza é visto como sendo complexo, promovido por questões específicas que transcendem o alcance da localidade. Deste modo, existem quotidianamente conversas e discursos constantes sobre um *fim anunciado das pescas*. A projeção de um futuro decadente, marcado indelevelmente por uma ideia de escassez, é uma forma de atribuir sentido à experiência de quotidianos incertos, e aos quais os pescadores têm dificuldades em se adaptar e compreender. Estas previsões do futuro tentam minimizar a incógnita, porque “os indivíduos não suportam muita incerteza nas suas vidas” (BELL, 1976, p. 273).

Mas mais do que formas de atribuição de sentido, estes discursos são simultaneamente críticos e acusatórios, à semelhança do que ocorre entre os pescadores escoceses estudados por NADEL-KLEIN (2003, p. 1), que procuram encontrar responsáveis para esta vulnerável



instabilidade. A noção de crise de recursos que nas últimas décadas entrou no debate público sobre a gestão das pescarias significa, para os pescadores, mais uma crise da qual sofrem consequências, não só através da efetiva escassez de pescado mas, sobretudo, através de apertadas leis e regulamentações. As políticas para o sector são questionadas pela excessiva orientação para a gestão dos recursos.

O conceito de James C. Scott de “discurso oculto”, pode ser premente para pensar esta condição. Há uma forma de estar dos pescadores que revela uma resistência face à sua condição, demonstrando que há “relutância em tomar parte na representação” (SCOTT, 2013, p. 44), produzindo um conjunto de discursos, práticas e gestos que o revela. A atribuição de responsabilidades pelo estado atual do sector e a reivindicação de políticas que não visem “destruir as pescas” reiteram, subjacentemente, que a decadência acaba por ser utilizada como um instrumento de carácter reivindicativo, uma vez que “a escassez e o declínio da pesca poderão, eventualmente, ser mais convenientes ao discurso político” (NUNES, 2008, p. 144).

Esta resiliência também se manifesta com aquilo a que James Scott denomina de “pequenas estratégias de resistência quotidiana” que são, no fundo, “meios de resistência discretos que recorrem a formas discretas de expressão” (SCOTT, 2013, p. 51). No terreno, confrontámo-nos com algumas práticas com o objetivo último de tornar o rendimento resultante da captura maior e, assim, tentar estabilizar a sua condição perante o mercado.

A venda à candonga é, talvez, a mais emblemática. Apesar de obrigatoriedade de venda em lota os pescadores desenvolvem mecanismos para contornar esse tipo de venda que, muitas vezes, é menos rentável. Alguns barcos e pescadores só fazem a venda mínima em lota de modo a manterem a sua licença de pesca. Vender diretamente ao intermediário dá mais garantias ao pescador, uma vez que estas vendas, na maioria, resultam de relações de longo prazo entre as partes e, por isso, há mais espaço para negociar o preço do peixe. Além disso, as duas partes escapam aos impostos a que

estariam sujeitos na venda em lota. No que diz respeito aos pescadores sem barco é comum a venda do quinhão, parcela de capturas respeitante a cada membro de uma companhia, sendo também uma importante fonte de rendimentos. Esta prática de venda direta do quinhão aos intermediários, restaurantes ou a amigos, é também vulgar e proporciona uma fuga às obrigatoriedades da venda em lota¹¹.

Outras estratégias de transgressão quotidiana ocorrem dentro do sistema de venda em lota. Uma delas é a mistura de classes de tamanho de peixe. O dimensão da mesma espécie de peixe pode aumentar ou diminuir o seu valor e, quando há mais peixe com tamanho de menor valor os pescadores misturam-no com aqueles que valem mais, o que acontece muito com o choco, espécie mais emblemática da cidade de Setúbal. Também é comum que algumas embarcações, ao capturarem peixe para o qual não têm licença, o vendam em nome de outro barco, que tenha licença para capturar a espécie em questão. É um acordo em que ambas as partes beneficiam, porque o barco que apanhou fica com a oportunidade de escoar o peixe e o que vende, tem mais descontos e, muitas vezes, uma pequena parcela dos lucros.

Estes exemplos sumariamente explicitados são prementes para percebermos como no quotidiano as práticas se orientam para uma tentativa de maior controlo da atividade produtiva por parte dos pescadores e, assim, para a diminuição da sua vulnerabilidade face ao quadro de incerteza. Este controlo passa sobretudo, para além da tentativa de contornar a aleatoriedade, por uma forma de escape à força do mercado e às imposições do Estado. De frisar que são práticas decididas sobretudo pelos mestres e proprietários das embarcações, mas apoiadas pelas companhias que as consideram

¹¹ A fuga à lota é prática comum na pesca em Portugal, já em Peniche João Coimbra de Oliveira notou como as alternativas à venda em lota são vistas como prática justa entre a restante população: “Os pescadores detetando a superioridade económica dos comerciantes, desenvolveram uma forma alternativa de distribuição, que só pôde ter resultado pela validade social e económica, reconhecida pelo conjunto da população, como prática justa.” (COIMBRA DE OLIVEIRA, 2010, p. 88).

justas. Todavia, se por um lado, pode proporcionar o aumento imediato dos rendimentos de toda a companhia, por outro, a longo prazo, pode trazer desvantagens aos pescadores, nomeadamente porque reduz as contribuições para a Segurança Social.

A pesca não é uma atividade estritamente económica e, tão pouco, se cinge ao local onde é praticada. Pese embora não estar explorado neste estudo, existe uma gestão de pescas em Portugal que adota um modelo *top down*, o que explica, em parte, estas transgressões. Este modelo leva a que decisões não sejam bem acolhidas pelos pescadores, uma vez que não as reconhecem como legítimas (JENTOFT, 1997, p. 92). Para tal concorre o facto de serem concebidas por um conjunto de especialistas que não integram os seus conhecimentos e as suas necessidades, por terem impactos percebidos como negativos, sobretudo por colocarem a pesca subordinada ao mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento geral deste artigo centra-se na ideia de que a incerteza é um elemento constitutivo dos quotidianos da comunidade piscatória de Setúbal. Partindo de uma análise etnográfica, vemos que a pesca é um contexto desafiado por várias incertezas, que são despoletadas por fatores naturais/ecológicos e socioeconómicos. Esta conjuntura influencia discursos e práticas, assentando também numa interpretação específica de passado/presente para a projeção do futuro.

A condição de incerteza endémica parece algo mais complexo e dinâmico que, por um lado representa a *normalidade* mas que, por outro lado, traz consigo uma noção de crise, que tem múltiplos sentidos por parte de quem a evoca. A crise de recursos é, necessariamente, a mais presente. A memória de um passado de abundância de peixe contrasta com a ideia de escassez vivida no presente. Um passado indefinido quanto ao seu tempo e lugar, rememorado por diferentes gerações que falam do movimento do porto, enquanto olham para a aparente monotonia do quotidiano vivido. O passado é trazido como um instrumento do presente. A esta crise de recursos, junta-se uma crise de legitimação

dos órgãos que regulamentam a atividade. As políticas para o sector são julgadas por se crer que estão desfasadas da realidade da pesca. Julga-se que o sistema de leilão beneficia alguns (os intermediários) em detrimento de outros (os pescadores).

Fala-se de um inevitável fim da pesca, pelo menos como a conhecemos hoje. Analisando a conjuntura atual, os pescadores setubalenses projetam-se como os últimos de uma geração. A acumulação histórica de crises induz na comunidade uma ideia de marginalização e estigma, fenómenos encontrados noutros contextos piscatórios (NADEL-KLEIN, 2003, p.134). No entanto, por intermédio de diferentes práticas procuram superar essa instabilidade, recorrendo a ações que fazem parte de um discurso oculto que se opõe ao poder instituído. Falar e discutir crise e decadência neste contexto é uma forma de socialidade, alimenta conversas, no tempo de trabalho ou no tempo da espera e do convívio.

Se o quadro de incerteza não é novidade nos contextos piscatórios, e é algo ao qual as comunidades sempre se adaptaram, vimos como existe uma percepção de que se agravou, associado a essa ideia de crise. Mas o significado de crise, para estas pessoas, parece muito mais complexo e para lá da crise mundial associada à escassez de recursos, porque resulta de um conjunto de processos históricos, sociais, culturais e ecológicos que interagem entre si nos quotidianos dos agentes (NADEL-KLEIN, 2003, p.134).

A dificuldade de projetar um futuro, que não o decadente, pode explicar essa percepção. Porque a incerteza enquadra expectativas, colocando em causa reprodução social do grupo. Por isso, as estratégias de resiliência e resistência aqui analisadas revelam uma tentativa dos grupos de estabilizar os seus quotidianos, permitindo vislumbrar *futuros*.

REFERÊNCIAS

- ACHESON, J. 1981. Anthropology of fishing. *Annual Review of Anthropology*, **10**: 275-316.
- AMORIM, V.I.C.C. 2015. *Marés de incerteza etnografia: do presente liminar na*



- comunidade piscatória de Setúbal*. Dissertação (mestrado em Antropologia). ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.
- AMORIM, I. & MADUREIRA, N.L. 2001. *História do Trabalho e das ocupações – Vol. II Setor das pescas*. Lisboa: Editorial Celta.
- BAUMAN, Z. 2001. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BELL, D. 1976. *The Cultural Contradictions of Capitalism*. New York: Basic Books Inc. Publishers.
- BESTOR, T. C. 2000. How Sushi Went Global. *Foreign Policy*. 121: 54-63.
- BOHOLM, A. 2003. The Cultural Nature of Risk: Can there be an Anthropology of Uncertainty. *Ethnos*. 68(2): 159–178.
- BRANDÃO, R. 1923. *Os Pescadores*. Lisboa: Planeta DeAugustini.
- BRETON, Y. 1981. L'Anthropologie Sociale et les sociétés de pêcheurs: réflexions sur la naissance d'un sous-champ disciplinaire. *Anthropologie et Sociétés*. 5(1): 7-27.
- CASHDAN, E. 1990. *Risk and uncertainty in tribal and peasant economies*. Boulder, CO: Westview.
- COIMBRA DE OLIVEIRA, J. 2010. *Migrações paralelas em Peniche - Economia política da produção e consumo de sardinha*. Dissertação (Mestrado Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CUTILEIRO, J. 1973. The Anthropologist in His Own Society. In: Proceedings of the 10th Annual ASA Conference. St. John's College, Oxford.
- DEIN, S. 2016. The Anthropology of Uncertainty: Magic, Witchcraft and Risk and Forensic Implications. *J Forensic Anthropol* 1(107), 7p.
- DIEGUES, A.C. 2005. Tradition and change in Brazilian fishing communities: towards a Social Anthropology of the Sea, In: DIEGUES, A.C. *Maritime Anthropology in Brazil*. São Paulo: NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras.
- FOUCAULT, M. 1991. Governmentality. In: BURCHELL, G.; GORDON, C. & MILLER, P. *The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 87-104.
- GALVÁN TUDELA, A. & FERNÁNDEZ, J.P. 1996. Pescadores: las sociedades de Pescadores y la antropología. In: PRAT, J. & MARTÍNEZ A. (Eds.) *Ensayos de Antropología Social: Homenaje a Claudio Esteva Fabregat*. Barcelona: Ariel.
- JENTOFT, S. 1997. Five Truisms of fisheries management. In: Monteiro. C.C. (Ed.) *Gestão das pescarias face a múltiplos objetivos: Estratégias para o futuro*. Lisboa: IPIMAR. P. 91-96.
- L'ETOILE, B. 2014. "Money is good, but a friend is better". Uncertainty, Orientation to the Future, and "the Economy". *Current Anthropology*, 55(S9): 562-573.
- MACHADO, F. 1951. *A Pesca Marítima em Setúbal*. Lisboa: XVI Congrès International de Géographie.
- MCCAY, B.J. 1978. Systems ecology, people ecology, and the anthropology of fishing communities. *Human Ecology*, 6(4):397–422.
- MENDES, P. 2013. *O Mar é que Manda: Construção de Comunidade e Perceção do Ambiente no Litoral Alentejano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MOREIRA, C.D. 1987. *Populações Marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- NADEL-KLEIN, J. 2003. *Fishing for Heritage: Modernity and Loss along the Scottish Coast*. Berg: Oxford
- NARAYAN, K. 1997. How Native is a 'Native' Anthropologist? In: LAMPHERE, L.; RAGONÉ, H. & ZAVELLA. P. (Eds.). *Situated Lives: Gender and Culture in Everyday Life*. Nova Iorque: Routledge.
- NUNES, F.O. 1999. O problema do aleatório: da coerção dos santos ao idioma da inveja. *Etnográfica*. 3(2): 271-291.
- NUNES, F.O. 2008. *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora.
- NUNES, F.O. 2001. A Antropologia Marítima em

- Portugal – um breve excuro. In: AMORIM, I. & MADUREIRA, N. 2001. *História do Trabalho e das ocupações – Vol. II Setor das pescas*. Lisboa: Editorial Celta.
- QUINTAS, M.C. 1998. *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RIBEIRO, O. 2004. *A Arrábida Esboço Geográfico*. Lisboa: Fundação Oriente.
- SCOTT, J.C. 2013. *A Dominação e a Arte da Resistência - discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre.
- SOUTO, H. 1998. *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa: estudo geográfico*. Tese (Doutoramento Geografia). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- TRINDADE, J.M. 2009. *A Nazaré dos pescadores: identidade e transformações de uma comunidade marítima*. Lisboa: Edições Colibri e Instituto Politécnico de Leiria.
- TSING, A.L. 2004. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- TSING, A.L. 2015. *The mushroom at the end of the world: On the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press.
- VAN GINNKEL, R. 2013. The Share System in the Fisheries: Coventuring on the Dutch Island of Texel. *Argos. Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*. 1: 17-30.